

Demonstrações contábeis

**Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia
S.A.**

31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de maio de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

EÓLICA ICARAI GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa		1.537	313	Fornecedores		2.143	1.326
Contas a receber de clientes		1.155	1.476	Empréstimos e financiamentos	6	3.145	2.908
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		422	1.074	Contas a pagar partes relacionadas		569	153
Estoques		1.818	34	Conta de ressarcimento	5	4.209	2.199
Outros tributos a recuperar		323	2	Passivo de arrendamento		124	57
Outros ativos		-	99	Imposto de renda e contribuição social a pagar		745	3.509
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		5.255	2.998	Tributos a pagar		145	195
				Provisões para processos judiciais e outros		99	36
				Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	236
				TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		11.179	10.619
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados	3	30.258	23.634	Empréstimos e financiamentos	6	31.592	34.567
Tributos diferidos		126	-	Contas a pagar partes relacionadas		1.246	-
Outros ativos		6	6	Conta de ressarcimento	5	2.074	1.051
Imobilizado, líquido	4	52.050	47.400	Passivo de arrendamento		1.786	955
Intangível, líquido		2.419	3.837	Provisão para desmobilização		4.660	5.305
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		84.859	74.877	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		311	-
				Outras obrigações		37	1.247
				TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		41.706	43.125
				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
				Capital social		29.500	20.486
				Reserva de lucros		7.729	3.645
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	37.229	24.131
TOTAL DO ATIVO		90.114	77.875	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.114	77.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA ICARAI GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	8	12.763	16.289
Custo de produção e operação de energia	9	(5.518)	(8.539)
LUCRO BRUTO		7.245	7.750
Gerais e administrativas	10	(1.441)	(880)
Outras despesas operacionais		-	(197)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(1.441)	(1.077)
RESULTADO BRUTO		5.804	6.673
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		2.456	638
Despesas financeiras		(2.572)	(3.060)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	11	(116)	(2.422)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		5.688	4.251
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.587)	(3.788)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		58	3.973
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	12	(1.529)	185
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.159	4.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA ICARAÍ GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.159	4.436
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	4.159	4.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA ICARÁI E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros				Lucro / (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Reserva de incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		20.286	-	-	-	(714)	19.572
Lucro líquido do exercício		200	-	-	-	4.436	4.636
Constituição da Reserva Legal		-	222	-	-	(222)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	358	(358)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	3.065	-	(3.065)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(77)	(77)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	20.486	222	3.065	358	-	24.131
Aumento de capital		9.014	-	-	-	-	9.014
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.159	4.159
Constituição da Reserva Legal		-	208	-	-	(208)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	202	(202)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	3.673	-	(3.673)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(75)	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	29.500	430	6.738	560	-	37.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA ICARAI GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
<u>Atividades operacionais:</u>			
Lucro líquido do exercício		4.159	4.436
<u>Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>			
Depreciação e amortização	9	1.990	4.023
Juros sobre passivo de arrendamento	11	130	(19)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	11	(2.330)	(487)
Encargos financeiros de dívidas	11	2.064	2.081
Baixa de ativo imobilizado	4	-	1.845
		5.300	(3.728)
<u>Variação dos ativos e passivos operacionais</u>			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(4.302)	(185)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos (juros)	6	(1.607)	(1.603)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(130)	(130)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		5.274	6.233
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Aquisições de ativo imobilizado	4	(5.110)	(2.472)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(5.110)	(2.472)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Aumento de capital	7	9.014	200
(Aplicações) Resgate de cauções e depósitos vinculado	3	(4.640)	(20.175)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	6	(3.195)	(2.962)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		(119)	(7)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		1.060	(22.944)
<u>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</u>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		313	19.496
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1.537	313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2008, com sede em Amontada – Ceará, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Eólica Icarai, no município de Amontada, Estado do Ceará.

Em 23 de dezembro de 2020, a AES Brasil Operações S.A. assinou um SPA com a Cúbico Brasil S.A. para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da MS Participações Societárias S.A., controladora da Companhia. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações foi transferida.

A Companhia é controlada diretamente pela MS Participações Societárias S.A e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque gerador eólico	Contratado / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da Planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia Física MW
Eólica Icarai	2º LER/2009	601/2010	01/07/2010	30/06/2045	35 anos	2014	8	16,8	7,84

Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado	Início	Fim	Índice de correção	Mês de reajuste
2º LER/2009	CCEE	61.320	305	jul/12	jun/32	IPCA	julho

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 29 de maio de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis no montante de R\$6.061 (R\$7.621 negativo em 31 de dezembro de 2021), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

A Administração entende que o capital circulante líquido negativo da Companhia se deve principalmente aos contratos de empréstimos e financiamentos para a construção do Parque Eólico, devido as características dos valores de contas a receber do ativo circulante que possuem giro rápido de no máximo 2 meses sem histórico de inadimplência relevante, e em contrapartida há no passivo circulante 12 meses de parcela de principal dos financiamentos de longo prazo, adicionado ao não atingimento dos níveis de geração de energia contratados nos últimos anos.

A Administração seguirá com um plano operacional de melhoria no desempenho do ativo, investimento em operação e manutenção (O&M) e garantia de disponibilidade dos aerogeradores.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2022	2021
Garantias de financiamento (i)	29.316	22.692
Outros (ii)	942	942
Total	30.258	23.634

- (i) A Companhia detém cauções e depósitos vinculados, em sua grande maioria referentes as contas reservas das dívidas. As aplicações devem ser realizadas seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo de R\$ 26.926 (R\$ 20.653 em 31 de dezembro de 2021) está aplicado em fundos, e R\$ 2.390 (R\$ 2.039 em 31 de dezembro de 2021) em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”). A rentabilidade média apurada foi de 95,44% (100% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- (ii) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia possui depósitos judiciais para litígios cíveis, relacionado a processos de servidão administrativa referente a implantação da linha de transmissão. A Companhia tem a possibilidade de ter reembolso do pagamento no caso de resultado favorável.

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Cauções e depósitos vinculados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.972
Adições	28.435
Atualização monetária	487
Baixas e resgates	(8.260)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.634
Adições	25.801
Atualização monetária	1.984
Baixas e resgates	(21.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.258
Circulante	-
Não Circulante	30.258

4 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2022			2021
		Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,17%	16.937	(7.866)	9.071	11.900
Máquinas e equipamentos	3,38%	63.075	(28.332)	34.743	31.983
Móveis e utensílios e outros	6,25%	227	(198)	29	5
Imobilizado em serviço		80.239	(36.396)	43.843	43.888
Imobilizado em curso (i)		6.508	-	6.508	2.692
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	2.207	(508)	1.699	820
Total		88.954	(36.904)	52.050	47.400

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Provisão Desmantelamento	Transferências e reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.260	-	-	-	(4.323)	16.937
Máquinas e equipamentos	55.827	-	-	(905)	8.153	63.075
Móveis e utensílios	20	-	-	-	207	227
Imobilizado em serviço	77.107	-	-	(905)	4.037	80.239
Imobilizado em curso	2.692	5.110	-	-	(1.294)	6.508
Bens vinculados às concessões e autorizações	79.799	5.110	-	(905)	2.743	86.747
Direito de uso de terreno arrendado	1.190	1.017	-	-	-	2.207
Subtotal	80.989	6.127	-	(905)	2.743	88.954
Depreciação / Amortização arrendamento	(33.589)	(1.824)	-	17	(1.508)	(36.904)
Total líquido	47.400	4.303	-	(888)	1.235	52.050

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Provisão Desmantelamento	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.260	-	-	-	-	21.260
Máquinas e equipamentos	58.101	1.008	(644)	(83)	(2.555)	55.827
Móveis e utensílios	299	-	-	-	(279)	20
Imobilizado em serviço	79.660	1.008	(644)	(83)	(2.834)	77.107
Imobilizado em curso	-	382	(524)	-	2.834	2.692
Bens vinculados às concessões e autorizações	79.660	1.390	(1.168)	(83)	-	79.799
Direito de uso de terreno arrendado	1.971	-	-	(781)	-	1.190
Subtotal	81.631	1.390	(1.168)	(864)	-	80.989
Depreciação / Amortização arrendamento	(30.264)	(3.654)	329	-	-	(33.589)
Total líquido	51.367	(2.264)	(839)	(864)	-	47.400

(i) O valor de 1.235 refere-se a reclassificações de intangível para o imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

5 RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre a Companhia que opera contratos do LER 2009, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos, iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009. Os ressarcimentos que estiverem

na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos, iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009. O segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

A movimentação dos saldos de ressarcimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.175
Provisão / devolução	(5.925)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.250
Provisão / devolução	3.004
Atualização monetária	29
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.283
Circulante	4.209
Não circulante	2.074

Suspensão de devolução de ressarcimento

O saldo de passivo R\$6.283 em 31 de dezembro de 2022 (R\$3.250 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao passivo de ressarcimento, cujo pagamento foi suspenso através do Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL. A suspensão impactou os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para analisar e regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando o cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e para os solares fotovoltaicos, considerando a energia não fornecida por *Constrained-off* das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) por disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva (“CER”).

Para as fontes eólicas, as reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de *c-off* serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo” referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Vencimento	2022								Total circulante + não circulante
	Circulante				Não Circulante				
	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	2031	61	1.765	(235)	1.591	24.546	(2.058)	22.488	24.079
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	2029	37	1.671	(154)	1.554	9.746	(642)	9.104	10.658
Total da dívida		98	3.436	(389)	3.145	34.292	(2.700)	31.592	34.737

Vencimento	2021								Total circulante + não circulante
	Circulante				Não Circulante				
	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	2031	65	1.532	(235)	1.362	26.311	(2.331)	23.980	25.342
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	2029	39	1.659	(152)	1.546	11.332	(745)	10.587	12.133
Total da dívida		104	3.191	(387)	2.908	37.643	(3.076)	34.567	37.475

6.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Empréstimos e financiamento
Saldos em 31 de dezembro de 2020	39.959
Encargos financeiros	1.599
Pagamento de principal	(3.026)
Pagamento de encargos financeiros	(1.315)
Amortização custos de transação	258
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.475
Encargos financeiros	1.690
Pagamento de principal	(3.195)
Pagamento de encargos financeiros	(1.607)
Amortização custos de transação	374
Saldos em 31 de dezembro de 2022	34.737

6.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNB	33.900	27/05/2013	2,55% (pré)	Semestral	Semestral	24.079	Mai/2031	Construção do Parque Eólico Icarai
BNDES	25.400	16/07/2013	TJLP+ 1,66%	Mensal	Mensal	10.658	Outubro/2029	Construção do Parque Eólico Icarai

6.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2024	3.689	(389)	3.300
2025	3.942	(389)	3.553
2026	4.193	(389)	3.804
2027	4.436	(389)	4.047
2028	4.670	(389)	4.281
Após 2029	13.362	(755)	12.607
Total	34.292	(2.700)	31.592

6.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seus índices financeiros das dívidas.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES e BNB	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$29.500 (R\$20.486 em 31 de dezembro de 2021), composto por 42.378.494 (27.438.095 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 30 de junho de 2022, foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$5.249. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 30 de dezembro de 2022, foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$3.765. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

6.2 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, constituiu uma reserva de R\$208 (R\$222 em 31 de dezembro de 2021).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação constituiu uma reserva de R\$3.673 (R\$3.065 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia é beneficiária de subvenções federais por meio de investimentos realizados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”). Esse incentivo fiscal é válido até 2024 e o resultado contábil anual obtido do incentivo é destinado ao patrimônio líquido em reserva de incentivos fiscais, onde deverá permanecer e não poderá ser utilizado para

distribuição de dividendos, foi constituída a reserva de R\$202 em 31 de dezembro de 2022 (R\$358 em 31 de dezembro de 2021).

6.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituído dividendos mínimos de R\$75 (R\$77 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

8 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado *spot* (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2022	2021
Contratos bilaterais	15.320	16.377
Ressarcimento de energia	(3.492)	880
Créditos de carbono	1.474	239
Receita operacional bruta	13.302	17.496
(-) PIS e COFINS	(539)	(1.207)
Total	12.763	16.289

9 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2022	2021
Custo de produção e operação de energia		
Contratos bilaterais	-	(400)
Mercado de curto prazo	(4)	(6)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.829)	(1.411)
Taxa de fiscalização ANEEL	(63)	(73)
Subtotal	(1.896)	(1.890)
Custo da operação		
Pessoal e administradores	-	(148)
Serviços de terceiros	(836)	(1.236)
Material	(542)	(1.221)
Depreciação e amortização	(1.990)	(3.906)
Seguros	(242)	(134)
Arrendamentos e aluguéis	16	22
Contribuições setoriais	(28)	(26)
Subtotal	(3.622)	(6.649)
Total	(5.518)	(8.539)

10 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Pessoal e administradores	-	(111)
Material	-	(562)
Serviços de terceiros	(1.441)	(207)
Total	(1.441)	(880)

11 RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	2.330	598
Variações monetárias	67	52
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	-	(55)
Outras receitas financeiras	59	43
Total	2.456	638
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(2.064)	(2.081)
Atualização ressarcimento	(29)	-
Atualização provisão desmobilização	(261)	(801)
Juros sobre arrendamento	(130)	(7)
Tarifas e encargos bancários	(74)	(96)
Outras despesas financeiras	(14)	(75)
Total	(2.572)	(3.060)
Total líquido	(116)	(2.422)

12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizado com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2022, diferente do regime de tributação apurado em 2021, onde a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizada através do regime de apuração pelo lucro real.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	2022	
	IRPJ	CSLL
IRPJ/CSLL		
Receita operacional Venda Energia	15.182	15.182
Alíquota lucro presumido Venda Energia	8%	12%
Receita operacional Crédito Carbono	1.474	1.474
Alíquota lucro presumido Crédito Carbono	32%	32%
Receita presumida	1.686	2.293
Outras receitas	2.219	2.219
Base de cálculo	3.905	4.512
Alíquota:	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(586)	(406)
Adicional (10%)	(367)	-
Ajustes exercícios anteriores (subvenção de incentivos fiscais)	202	-
Outros ajustes	(320)	(111)
IRPJ e CSLL corrente	(1.070)	(517)
IRPJ e CSLL diferido	38	20
Total tributos no resultado	(1.032)	(497)
Alíquota efetiva	26%	11%

	2021	
	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Corrente	(2.610)	(1.178)
Diferidos	2.889	1.084
Total	279	(94)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:		
Resultado antes dos tributos	4.251	4.251
Adições (exclusões):		
Perdas na baixa do imobilizado e intangível	432	432
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(5.675)	(5.675)
Atualização SELIC de créditos tributários	(52)	(52)
Diferença temporária sem diferido constituído	15.064	13.364
Total das adições (exclusões)	9.769	8.069
Resultado ajustado	14.020	12.320
Alíquota nominal	25%	9%
Total da despesa com tributos	(3.505)	(1.109)
Outros	3.226	1.203
Total da despesa com tributos	(279)	94
Alíquota efetiva	6,6%	2,2%

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2022		2021		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (circulante e não circulante)					
	56	56	73	73	Custo amortizado
	1.481	1.481	240	240	Valor justo por meio do resultado
	1.155	1.155	1.476	1.476	Custo amortizado
3	30.258	30.258	23.634	23.634	Custo amortizado
Total	32.950	32.950	25.423	25.423	
PASSIVO (circulante e não circulante)					
	2.143	2.143	1.326	1.326	Custo amortizado
6	34.737	34.737	37.475	37.475	Custo amortizado
	1.815	1.815	153	153	Custo amortizado
5	6.283	6.283	3.250	3.250	Custo amortizado
	1.910	1.910	1.012	1.012	Custo amortizado
	311	311	236	236	Custo amortizado
Total	47.199	47.199	43.452	43.452	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	1.481	240
Contas a receber de clientes	1.155	1.476
Cauções e depósitos vinculados	30.258	23.634
Total	32.894	25.350

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	34.737	37.475
Caixa e equivalentes de caixa	(1.537)	(313)
Cauções (garantias de financiamento)	(29.316)	(22.692)
Dívida líquida	3.884	14.470
Patrimônio líquido	37.229	24.131
Dívida líquida / Patrimônio líquido	10,43%	59,96%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 6.4.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica "Empréstimos e financiamentos" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 6. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.143	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	627	4.274	7.533	16.212	16.232
Contas a pagar partes relacionadas	1.815	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	30	94	133	647	1.006
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	311	-	-
Total	4.615	4.368	7.977	16.859	17.238

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o TJLP utilizado na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2022.

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 é:

	2022
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	1.481
Cauções e depósitos vinculados	30.258
Empréstimos e financiamentos	(37.826)
Conta de ressarcimento	(6.283)
Passivo de arrendamento	(1.910)
Total	(14.280)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, TJLP e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das garantias de financiamento, empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Cauções	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Cauções (Garantias de financiamento)	CDI	29.316	1.988	2.981	3.975	4.969	5.963
Impacto no resultado			1.988	2.981	3.975	4.969	5.963
Total da exposição líquida			1.988	2.981	3.975	4.969	5.963

Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			3,21%	4,81%	6,41%	8,01%	9,62%
BNDES	TJLP	(11.453)	(564)	(750)	(936)	(1.123)	(1.310)
Impacto no resultado			(564)	(750)	(936)	(1.123)	(1.310)
Total da exposição líquida			(564)	(750)	(936)	(1.123)	(1.310)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”) e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) conforme detalhado na nota explicativa nº 6. No entanto, apenas a dívida junto ao BNDES possui incertezas com relação ao indexador, a dívida com o BNB é indexada com juros pré-fixados descartando com isso incertezas na execução futura do contrato.

Ressarcimento	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(6.283)	(165)	(246)	(329)	(411)	(493)
Impacto no resultado			(165)	(246)	(329)	(411)	(493)
Total da exposição líquida			(165)	(246)	(329)	(411)	(493)

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de

índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados foram integralmente acompanhados pela Administração da Companhia. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.